

## Governo limita verbas para promoções e novas contratações na função pública

26.03.2009, Sérgio Aníbal

**No Orçamento, a cativação era de 25 por cento. Agora foram acrescentados mais 25 por cento. Executivo diz que é para o esforço de consolidação orçamental**

A enfrentar um cenário de quebra de receita fiscal que coloca em causa os objectivos do défice, o Governo decidiu apertar ainda mais a utilização pelos serviços públicos das verbas previstas para as subidas no posicionamento remuneratório dos funcionários e para recrutamento de pessoal.

No decreto-lei de execução orçamental publicado na terça-feira no Diário da República, o executivo acrescentou uma cativação de 25 por cento às verbas que



estavam previstas - tanto nos serviços integrados como nos serviços e fundos autónomos - para as rubricas relativas a "alterações facultativas de posicionamento remuneratório" e "recrutamento de pessoal para novos postos de trabalho". No Orçamento do Estado para 2009 já estava prevista uma cativação de 25 por cento das verbas a utilizar neste tipo de despesa pública. As Finanças esclarecem que "a cativação de 25 por cento (agora feita) acresce ao previsto na Lei do Orçamento e é aplicado às dotações iniciais antes da primeira cativação".

Feitas as contas, se não houver descativação das verbas (algo que só pode ser decidido com a aprovação do ministro das Finanças, os diversos serviços da Administração Pública terão de utilizar uma verba equivalente a quase metade da dotação inicial do OE (cerca de 56 por cento) para promover funcionários e reforçar os seus quadros de pessoal.

Em resposta ao PÚBLICO, o Ministério das Finanças, através de fonte oficial, diz que esta medida "é para manter o rigor da gestão da despesa pública com vista a assegurar a continuidade da consolidação orçamental após termos ultrapassado esta fase negativa dos efeitos da crise financeira internacional".

Já para Bettencourt Picanço, presidente dos Sindicato dos Quadros Técnicos do Estado, o que está a acontecer é que "o Governo está a apertar o garrote à utilização destas verbas, para limitar o acréscimo de despesa com os funcionários públicos ao aumento salarial de tabela".

O responsável sindical assinala ainda que "os serviços já deveriam ter escolhido nesta fase os grupos profissionais que poderiam beneficiar de uma subida do posicionamento remuneratório". "A ideia que tenho é de que há atrasos na maior parte dos serviços", disse, acusando ainda a limitação no recrutamento de estar a levar ao recurso ao outsourcing.

Uma das medidas mais inovadoras da Lei dos Vínculos, Carreiras e Remunerações criada pelo Governo era o facto de cada serviço poder decidir como vai utilizar as verbas destinadas à gestão de pessoal. As cativações agora reforçadas retiram parte dessa margem de manobra aos dirigentes da Administração Pública.

Esta medida de contenção é tornada pública numa altura em que, com dois meses de contas publicadas, já se tornou notória a dificuldade em cumprir na actual conjuntura económica os objectivos orçamentais. Em particular, as receitas fiscais estão a registar face ao ano passado uma quebra de 9,5 por cento, enquanto o Governo antecipava uma descida de apenas 0,7 por cento. As contribuições para a Segurança Social também estão a crescer menos do que o projectado.